



# AS IMPLICAÇÕES SOCIO-ECONÔMICAS NA CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: UMA ANÁLISE DO PARADIGMA ARENDTIANO

Alessandro Bruce Lied Padilha, mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFPel

## OBJETIVOS

Hannah Arendt pensa a política como uma prática relacional entre iguais, fenômeno cuja ocorrência se dá em um espaço público. A autora faz uma separação categórica entre o privado e o público, alegando que o privado é o lugar da satisfação das necessidades ao passo que o segundo é o espaço dos assuntos público-políticos. Nesse sentido, o trabalho tem como proposta analisar o conceito de espaço público e investigar se existe alguma ideia de justiça social para a constituição de tal espaço.

## METODOLOGIA

Diante dos objetivos propostos e tendo em vista que se trata de um estudo teórico, a pesquisa emprega uma abordagem qualitativa contanto com uma revisão de literatura.

## DISCUSSÃO E RESULTADOS DA PESQUISA

Arendt (2005; 2010; 2013b) entende o espaço público como contingente e dependente da associação entre indivíduos iguais. A constituição desse espaço se dá em uma esfera que permita a visibilidade e a divulgação dos feitos realizados e das palavras ditas. Sua formação depende, portanto, dos indivíduos que dispõem de tempo livre para se associar aos demais, desobrigando-se, ainda que momentaneamente, das atividades ligadas a esfera privada, a saber, o laborar e o fabricar. Como a concepção de política da autora é tomada como prática, a formação do espaço público tem vital importância para sua realização, uma vez que a ambos se realizam na interação humana por meio da ação política.

Todavia, a autora declara que implicações relativas as relações sociais e econômicas não são fundamentais para a formação de tal espaço. Ideias como justiça social, desigualdades socio-econômicas, preconceitos e outros fatores passíveis de se constituírem como barreiras à entrada das pessoas na esfera público-política são questões concernentes a esfera privada, portanto, pré-políticas. Isso fica expresso na separação que Arendt (2005, p. 33) faz entre o social e o político, em que o primeiro ambiente é tomado como uma “associação natural” para dar conta das necessidades da vida biológica. O movimento necessário de passagem do social para o político é representado pelo que Arendt (2013, p. 194) denomina de “liberação”, ou seja, “dominar” a necessidade. Entretanto, este fenômeno é necessário mas não suficiente, uma vez que a formação de um espaço público necessita de um ambiente seguro em que os associados não estejam sob a égide de um regime político repressivo.

Uma vez que a autora define o que é privado e o que é público, ela parece os tomar como esferas quase independentes. O espaço público torna-se quase livre de questões mundanas, uma vez que ao adentrarem nele os indivíduos já passaram pelo processo de “liberação”. Desse modo, ao falar de espaço público e política não se leva em consideração o papel da pobreza, preconceitos e outros aspectos que limitem pessoas a participar nessa esfera, pois as implicações sociais e econômicas são tomadas como pré-políticas, o que parece revelar que o conceito de espaço público de Arendt não está ligado a uma ideia de justiça social e nem a abrangência da participação política.

Nesse sentido, escravos não participariam da constituição de espaços públicos por estarem sujeitados (ARENDR, 2013, p. 159) a outrem, o que significa que se estaria diante de uma questão privada, portanto, descolada de sentido público-político. Arendt parece desconsiderar que o espaço público serve-se do substrato privado e social existente em determinada sociedade, de modo que as desigualdades vigentes acabam por influenciar em sua constituição. Então, uma vez que sua concepção de espaço público incorre em um reconhecimento entre os associados como membros “iguais”, tal espaço parece um ambiente reservado para poucos. Dessa forma, tal reconhecimento seria abalado pela entrada de um indivíduo que tivesse passado pelo processo de “liberação” e se associasse aos demais, ainda que fosse um escravo.

Como é sensato pensar que os iguais se reconhecem entre si, a entrada de algum indivíduo que passasse por um “não reconhecimento”/“reconhecimento parcial” na percepção dos associados figuraria uma imbricação entre privado e público do tipo “quem pode fazer parte” desta esfera, ou seja, os indivíduos/grupos que podem acessá-la. Caso esses novos atores adentrassem ou fizessem pressão para que a participação nessa esfera se ampliasse, tal fato representaria uma contestação da formação de espaço público tradicional e uma disputa em torno de uma ressignificação do conceito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS SINTÉTICAS

ARENDR, Hannah. *A Condição Humana* – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARENDR, Hannah. *A promessa da política* – Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

ARENDR, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro* – Rio de Janeiro: São Paulo perspectiva, 2013b.

AVRITZER, L. Ação, fundação e autoridade em Hannah Arendt. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, v. 1, p. 147-167, 2006.

FRY, Karin A. *Compreender Hannah Arendt* – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.